

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.798.2016-01

ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus - Acre

NATUREZA: Tomada de Contas

OBJETO: Tomada de Contas Especial da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento de Souza

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.528/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus - Acre. Regular com Ressalva. Abertura de Processo. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **acordam** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em:

- 1) Pelo julgamento da Prestação de Contas transformada em Tomada de Contas como **Regular com Ressalva**, com fulcro no artigo 51, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, com base nas falhas formais acima citadas, de responsabilidade da Senhora Marcela Nascimento de Souza, Presidenta à época; 2) Pela **abertura de Processo Autônomo** com vista a apurar a regularidade das despesas decorrentes com concessões de diárias no exercício 2015 no valor de R\$ 53.702,00 e a motivação para a contratação por inexigibilidade de licitação do Sr. Francisco Eudes da Silva Brandão para desempenhar serviço de assessoria jurídica no exercício 2015; 3) Após as formalidades de estilo,

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

pelo arquivamento dos autos. **Divergindo** a Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza que votou pela irregularidade da Prestação de Contas.

Rio Branco, 19 de outubro de 2017.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Presidente interino

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Sérgio Cunha Mendonça
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.798.2016-01

ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus - Acre

NATUREZA: Tomada de Contas

OBJETO: Tomada de Contas Especial da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento de Souza

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) O referido processo trata da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2015, composta de 01 volume, **convertida em Tomada de Contas**, de responsabilidade da **Senhora Marcela Nascimento de Souza**, Presidente à época, em atendimento ao contido no art. 71, inciso II CF/88, art. 61 inciso II da Constituição Estadual, art. 36, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 e art. 6º, Inciso III, do Regimento Interno;

2) No entanto, diante da constatação do não envio da Prestação de Contas até o dia **31 de março do ano subsequente¹ prazo determinado na Resolução TCE/AC 87/2013**, a mesma foi registrada e autuada como Tomada de Contas em atendimento às orientações do art. 2º, § 4º da mesma Resolução (fls. 02/06). Por fim a mesma deu entrada neste Tribunal de Contas no dia **08/04/2016** de forma **intempestiva**;

3) A análise técnica procedida pela 2ª IGCE/DAFO enviou o Relatório de Análise Técnica às fls. 07/35 a qual **apurou** os seguintes resultados:

a) Envio **Intempestivo** no dia 08/04/2016 da Prestação de Contas, **mas não em sua totalidade**, faltando :

¹ Art. 2º, §2º, inciso I, alínea “b” da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

- No Anexo III faltou a assinatura da gestora no ofício que autoriza às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional conceder acesso as suas informações (relativo a Câmara) ao Tribunal de Contas do Estado do Acre;
 - No Anexo V – ausência de conciliação bancária;
 - No Anexo XV – ausência da assinatura da gestora no Parecer sobre contas da entidade, emitido pelo Controle Interno da Câmara, com a demonstração da ciência da gestora;
 - No Anexo XIX - ausência de Notas Explicativas, elucidando os lançamentos de ajustes realizados no Ativo Imobilizado (Bens Móveis) e no Patrimônio Líquido;
- b) O **rol dos responsáveis** foi encaminhado onde identifica a Presidente, Vice-Presidente, Contador, Controlador Interno e Secretários, na gestão 2015;
- c) Em análise da **LOA e dos Créditos Adicionais se verificou inconsistência na informação da dotação orçamentária** quando confrontado as informações da **LOA²** com os **anexos 2 e 12 da Lei nº 4.320/64. Não houve alterações** no decorrer do exercício 2015 e a Dotação Orçamentária se manteve em **R\$ 22.737,93**;
- d) O total dos duodécimos repassados pela Prefeitura (**receitas**) foi de **R\$ 500.419,80** e **guarda conformidade** com a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus;
- e) O **não registro da dotação inicial** prejudicou a análise das **despesas executadas** no exercício, somado a isso **não foram observadas as orientações contidas no art. 59 da Lei nº 4.320/64.** Por meio da análise das despesas executadas por elemento se verifica que as três maiores despesas executadas foram Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (65,36%), Diárias (10,76%) e Outros Serviços Terceirizados – Pessoa Jurídica (7,96%);

² Lei nº 9 de 30 de dezembro de 2014;

- f) O Balanço Orçamentário apresentou um **Déficit de R\$ 37.866,25** devido a Despesa Executada (R\$ 498.938,90) ter superado a Receita Realizada (R\$ 461.072,65). **Contudo verifica-se inconsistência³ entre a informação Previsão atualizada (receita) com a mesma informação constante na LOA;**
- g) O saldo em caixa que se transfere para o exercício seguinte no valor **R\$ 3.155,56 não guarda conformidade com os extratos bancários;**
- h) A 2ª IGCE evidenciou um saldo para o exercício seguinte em **R\$ 3.155,56** por meio de cálculo baseado no Balanço financeiro. **Contudo este saldo não foi confirmado pela 2ª IGCE por meio do confronto da conciliação bancária,** pois as mesma **não havia sido enviada,** desta forma **infringindo** às determinações do Anexo V do Manual de Referência 2ª edição , parte integrante da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
- i) Em análise as variações patrimoniais se apurou um **Déficit Patrimonial de R\$ 112.803,48**, devido as Variações Diminutivas terem superado as Variações Aumentativas;
- j) Em análise ao Balanço Patrimonial a Câmara **não possui dívidas** de curto e longo prazo;
- k) A 2ª IGCE tendo com base como repasse a Câmara o valor **(R\$ 500.419,80)** constante na LOA/2015 verificou que **o poder executivo repassou 6,08%** do total da receita corrente líquida estando **dentro do limite** definido no artigo 29-A, inciso I da CF/88 (7%);
- l) A Câmara Municipal teve um **gasto sobre o seu duodécimo de R\$ 326.092,31** que representa um percentual de **65,16 %** do valor repassado pelo poder executivo municipal (com base na LOA/2015) estando **dentro do limite máximo de 70%** conforme estabelecido no art **29-A § 1da CF/88;**

³ Já mencionado no item “c” deste Relatório;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- m) A Remuneração dos Vereadores **atendeu os Limites Anuais definidos na Lei nº 001/2012 (R\$ 222.318,00)** considerando que o total efetivamente pago foi **R\$ 203.433,50**;
- n) A Remuneração dos Vereadores **atendeu os Limites Anuais definidos no art. 29, VII da CF/88 (5% da receita corrente líquida)**, considerando que o valor definido na Lei nº 001/2012 (**R\$ 222.318,00**) representa **2,37%** da receita corrente líquida Municipal **R\$ 9.386.116,86**;
- o) O **limite de gastos com Pessoal** determinado pela **Lei de Responsabilidade Fiscal (6%⁴)** **foi respeitado**, tendo em vista que foi gasto o valor de **R\$ 350.422,70** que representa **2,11%** da RCL;
- p) A 2ª IGCE verificou que **existe divergência** entre os **valores fixados na Lei nº 001/2012** e os **comprovantes de pagamentos**, contudo, **considerando que os valores pagos foram menores ao que foi autorizado na supracitada lei** a IGCE considerou que **foram atendidas** as exigências do item XVIII do Anexo V Manual de Referência 2ª Edição;
- q) A Câmara **contratou por inexigibilidade de licitação** o Sr. Francisco Eudes da Silva Brandão para serviço de assessoria jurídica **sem apresentar a motivação** o que contraria o art. 26 da Lei nº 8.666/1993;
- r) Não houve no exercício hora analisado **recursos recebidos** ou **concedidos**, por meio de convênios, ajustes celebrados, termos de cooperação ou outros instrumentos;
- s) Não houve no exercício **obras contratadas** ou **adiantamento a servidor** (natureza de suprimento de fundos);
- t) **Não foi possível a 2ª IGCE atestar a conformidade das despesas de diárias (R\$ 53.702,00)** por ausência das informações :
- Data da Saída e do Retorno dos beneficiários e
 - Normativo que regulamenta a concessão das diárias;

⁴ Definido no art. 20, III, alínea "a" da Lei de Responsabilidade de Fiscal;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

u) O **Parecer do Controle Interno não foi assinado pela Gestora e pelo Controle Interno**, desta forma se considerou que **não atendeu** o item XV do Anexo V do Manual de Referência 2ª Edição;

v) No tocante a **transparência e ao acesso as informações**⁵ verificou-se que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus possui sítio oficial na internet, contudo as informações apresentam as seguintes **inconformidades**:

- Informações desatualizadas relativas à execução orçamentária, financeira, patrimonial e dos programas no orçamento anual;
- Ausência dos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao exercício 2015;
- Ausência de Relatório Estatístico⁶;
- Ausência de informações relativas às licitações e contratos realizados;
- Ausência no sítio de Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico;

4) Os autos vieram por redistribuição no dia 02 de fevereiro de 2017 conforme verificado à fl. 45;

5) A Senhora **Marcela Nascimento de Souza** Presidente e o Senhor **Claudio Roberto Araújo**, responsável contábil, foram devidamente **citados** conforme se verifica na **certidão à fl. 45 e verso dos Mandados de Citação às fls. 43/44** (assinados pelos mesmos), contudo não aproveitaram a oportunidade e se mantiveram inertes;

⁵ Considerando a CF/88, Lei Complementar nº 101/2000, com alterações da Lei Complementar nº 131/2009, Lei Federal nº 12.527/2011 e a competência dos Tribunais de Contas, na Resolução ATRICON nº 05/2016;

⁶ Contendo quantidade de pedidos de informação, recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

6) O Ministério Público de Contas, por meio de seu ilustre Procurador, João Izidro de Melo Neto, pronunciou-se⁷ às fls. 54/55.

É o Relatório.

Rio Branco, 16 de outubro de 2017.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

⁷ Parecer do Ministério Público de Contas – no dia 11 de abril de 2017.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.798.2016-01

ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus - Acre

NATUREZA: Tomada de Contas

OBJETO: Tomada de Contas Especial da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento de Souza

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (Relatora):

Em face dos dados apresentados nos autos, verifica-se que a análise técnica apontou as seguintes falhas/irregularidades abaixo relacionadas:

- a) Envio Intempestivo e faltando os Anexos: III, V, XV e XIX;
- b) Não registro da dotação inicial;
- c) Inconsistência entre o Balanço Orçamentário e a LOA em relação a Previsão atualizada (receita);
- d) Saldo em Caixa que se transfere para o exercício seguinte não guarda conformidade com extratos bancários. Havendo uma diferença de R\$ 1.739,16 (pequena monta) a maior no Extrato Bancário (Anexo V no Sistema de Prestação de Contas);
- e) Não foram enviadas as conciliações bancárias (Anexo V do Manual de Referência 2ª edição) o que impediu de confirmar o saldo para o exercício seguinte;
- f) Contratou serviço de assessoria jurídica por inexigibilidade de licitação sem apresentar a motivação para tanto;
- g) Não foi possível confirmar a conformidade das despesas de diárias no valor de **R\$ 53.702,00** por ausência das informações relevantes. A 2ª IGCE sugere em sua conclusão a abertura de processo autônomo para apurar a regularidade das despesas;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- h) Informações a respeito das despesas com diárias se apresentaram incompletas;
- i) Parecer do Controle interno sem assinatura da gestora e da Sr^a Vanuza Marques de Carvalho, Controladora Interna à época;
- j) Transparência ficou prejudicada pela ausência de apresentação do RGF, Relatório Estatístico, informações relativas a licitações e contratos realizados;
- k) O acesso às informações ficou prejudicado por não apresentar um Serviço de informações ao Cidadão (SIC) físico;

Face ao exposto, **VOTO:**

- 1) Pelo julgamento da Prestação de Contas transformada em Tomada de Contas como **Regular com Ressalva**, com fulcro no artigo 51, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, com base nas falhas formais acima citadas, de responsabilidade da Senhora Marcela Nascimento de Souza, Presidenta à época;
- 2) Pela abertura de **Processo Autônomo** com vista a apurar a regularidade das despesas decorrentes com concessões de diárias no exercício 2015 no valor de **R\$ 53.702,00** e a motivação para a contratação por inexigibilidade de licitação do Sr. Francisco Eudes da Silva Brandão para desempenhar serviço de assessoria jurídica no exercício 2015;
- 3) Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos.

É como Voto.

Rio Branco, 19 de outubro de 2017.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.798.2016-01

ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus - Acre

NATUREZA: Tomada de Contas

OBJETO: Tomada de Contas Especial da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento de Souza

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.301ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 19 de outubro do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **Ronald Polanco Ribeiro**, **Dulcinéa Benício de Araújo**, **Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Sérgio Cunha Mendonça**. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, José Augusto Araújo de Faria e Antonio Cristovão Correia de Messias. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**. **Divergiu** a Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza que votou pela irregularidade das contas.

Rio Branco-Acre, 19 de outubro de 2017.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora